

- XXXVIII -**ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E A ATUAÇÃO DO
DIRETOR DA ESCOLA PÚBLICA**

Carmem Lucia Santos-UFPA
carmen0910@msn.com

Terezinha de Fátima Andrade Monteiro dos Santos-UFPA
tefam@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte dos estudos de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo é analisar como se configura a atuação do diretor escolar na gestão da escola pública. Está fundamentado inicialmente em uma pesquisa bibliográfica, a partir da produção teórica existente sobre o tema em tela e que resultou na necessidade de compreender como o desenvolvimento do Estado neoliberal contribuiu para a criação de políticas públicas voltadas para a gestão escolar e, conseqüentemente, para a atuação do diretor. Tivemos na revisão da literatura um dos instrumentos que possibilitou o desvelamento dos aspectos que contribuíram para a atual configuração da escola pública, partindo do pressuposto de que a escola é o *locus* onde o diretor desenvolve o seu fazer profissional.

DESENVOLVIMENTO

Iniciamos o estudo conceituando o Estado a partir do entendimento de Mészáros (2003), que o define não apenas como uma superestrutura política e representativa do capital, mas também como uma força motriz, política e administrativa deste modelo de sociedade. Analisando o desenvolvimento do Estado a partir do capitalismo, destacamos a crise mundial que ocorreu em meados dos anos 70, a qual colocou em xeque a era de prosperidade que se iniciou após a Segunda Guerra Mundial. Fazendo uso das palavras de Hobsbawn (1995) era o fim da “era dourada” — período em que não só os países capitalistas desenvolvidos, mas

o bloco socialista e parte do então chamado Terceiro Mundo alcançaram altíssimas taxas de crescimento.

A partir da crise do capitalismo, instalou-se uma crise de legitimidade do Estado, onde seria necessário que houvesse uma redefinição do seu papel. Abrucio (1997) destacou quatro fatores sócio-econômicos que contribuíram fortemente para detonar a crise do Estado contemporâneo; crise econômica mundial iniciada em 1973, criando uma situação de ingovernabilidade: os governos estavam inaptos para resolver seus problemas e a globalização e todas as transformações tecnológicas que modificaram a lógica do setor produtivo e também afetaram o Estado.

No Brasil, a reforma do Estado se deu a partir dos anos 90, materializada por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE. Em estreita articulação às recomendações dos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), consubstanciado nas diretrizes fixadas no que ficou conhecido como Consenso de Washington. O PDRAE instituiu uma série de reformas na administração pública brasileira no sentido de alcançar a racionalização e modernização do aparelho estatal introduzindo um novo modelo de gestão pública: a administração gerencial (GOMES 2018).

Na década de 1980, com a Constituição Federal – CF, em seu artigo 206, a escola pública passou a ter a perspectiva da gestão democrática, pois esta lei enunciou como um dos princípios básicos do ensino, “a gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (BRASIL, 2012, p. 136), tendo sido referenciada também pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB n. 9.394/1996. Embora a gestão democrática do ensino seja o modelo regulamentado por meio da legislação, para que as políticas de democratização da escola e da gestão sejam efetivadas, é preciso ter claro que uma lei ou uma norma somente será sustentada se ela estiver na intencionalidade das ações, na consciência e na prática dos sujeitos.

Podemos então afirmar, de acordo com Lima Araújo (2012), que existem dois modelos de gestão escolar, com dois projetos bem definidos, com características que se afastam, confundem e por vezes se aproximam, a saber: uma perspectiva gerencial e uma democrática. Embora o modelo de gestão gerencial esteja voltado para consolidar a lógica mercadológica no âmbito educacional, focada em produtividade, otimização de recursos, premiação e atendimento de metas, a gestão democrática compreendida como um processo permanente, conforme evidencia Paro (2011), Santos (2018) e Souza (2007), deve nortear todas as relações que se estabelecem no cotidiano escolar.

Concordamos com Drabach (2013), quando relata que a existência de mecanismos como eleição de diretores, a construção coletiva do projeto pedagógico e o conselho escolar potencializam o desenvolvimento da gestão democrática na escola, como espaço para o diálogo, a participação, a expressão dos anseios da comunidade escolar. Sabemos, contudo, que por si só estes instrumentos não são capazes de garantir que a democracia aconteça, mas, tampouco sem eles a escola poderá desenvolver uma gestão democrática.

Nesse sentido, Souza (2007) destaca que sendo o papel do diretor escolar de natureza político-pedagógica e operando na coordenação política da escola, a sua eleição para a função implica reconhecer que o seu trabalho é mais do que o de um burocrata, preocupado apenas com a dimensão técnica da função, mas de alguém comprometido com a comunidade escolar que pauta as suas decisões a partir dos interesses coletivos. O diretor deve ser o mediador para que na soma dos esforços, possa, com a comunidade, implantar e desenvolver práticas e ações que contribuam para as decisões coletivas que fortaleçam a participação efetiva da comunidade.

CONCLUSÕES

Essa análise inicial nos leva a constatar que o desenvolvimento do Estado neoliberal que se deu a partir da crise do capitalismo iniciada em 1973 acabou provocando profundas mudanças no interior do Estado, redefinindo o seu papel de provedor e protetor para regulador e fiscalizador. Para dar conta de dar respostas à crise e influenciado por organismos internacionais, surge um novo tipo de gestão da coisa pública, o gerencialismo.

No Brasil, o Estado neoliberal se estabelece a partir da reforma gerencial, que aconteceu nos anos 80 por meio do PDRAE, influenciando a gestão educacional imprimindo em suas estruturas dois tipos de gestão; a democrática, regulamentada por meio da CF e da LDB, e a gerencial que embora antagônica, seus princípios se confundem com os princípios da gestão democrática modelando as políticas públicas aos interesses do mercado.

A partir dessa realidade, o diretor da escola pública é caracterizado, ou como um agente de transformação, fazendo uso dos processos democráticos de gestão no interior da escola, ou como um agente de manutenção da lógica neoliberal por meio de técnicas gerenciais de gestão. O diretor que se propõe a utilizar em sua prática princípios da gestão democrática tem o desafio de lidar com as determinações do Estado e ao mesmo tempo viabilizar ações que permitam decisões coletivas e a participação como meios de efetivação da gestão escolar democrática.

REFERENCIAS

ABRUCIO, F. L. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. **Cadernos Enap**, n.10, 1997. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=1742> (Acesso em 07/01/2019)

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 2012.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União** [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez, 1996.

DRABACH, Nadia Pedrotti, **As mudanças na concepção da gestão pública e sua influência no perfil do gestor e da gestão escolar no Brasil**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/30427?show=full> (acesso em 26/07/2018)

GOMES, Albiane Oliveira. Modernização da Gestão Escolar e Qualidade da Educação: o plano de desenvolvimento da escola em questão. In: SANTOS, Terezinha Andrade Monteiro dos (Org.). **Diálogos sobre a Educação Básica**, Curitiba: CRV, 2018.

HOBBSAWN, E. (1995), *Era dos extremos: o breve século XX* (1914-1991), São Paulo: Companhia das Letras.

LIMA ARAÚJO, Maria Auxiliadora Maués de. **A Gestão Premiada: a experiência de gestão do C.E.E.M.R.C. São Francisco Xavier em Abaetetuba – Pará**. Tese defendida no doutorado em Educação do PPGED do Instituto de Educação do Pará – UFPA, Belém: 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2739> (acesso em 20/01/2019)

MÉSZÁROS, István. **O Século XXI, socialismo ou barbárie**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da escola**. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro (Org.). **Diálogos sobre a Educação Básica**, Curitiba: CRV, 2018.

SOUZA, Angelo Ricardo de. **Perfil da Gestão Escolar no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de PósGraduação em Educação. São Paulo, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10567> (Acesso em 20/12/2018)